

Mulheres, universidade e a ditadura no Nordeste do Brasil (1964–1985)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasil.
raylane.navarro@ufpe.br |  0000-0002-5602-8534

Maria Eduarda Gomes Belo da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
eduarda.belo@ufpe.br |  0000-0002-2883-5363

Resumo

Este artigo aborda a trajetória política de nove mulheres militantes do movimento estudantil na Universidade Federal de Pernambuco, Nordeste do Brasil, durante o regime civil-militar (1964-1985). Trata-se de um período em que as universidades brasileiras eram, simultaneamente, espaços de repressão e resistência, uma vez que o governo militar as considerava foco de efervescência ideológica a ponto de criar mecanismos para vigiar e reprimir atos considerados subversivos. O objetivo foi analisar a relação entre a formação superior e a militância política de nove estudantes vinculadas ao movimento estudantil (ME) durante o referido período. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, cujas fontes incluem as fichas criminais individuais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e o Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Teoricamente, a pesquisa esteve embasada em Perrot (2007), para quem as mulheres não são apenas vítimas na história, mas protagonistas, ainda que postas em um lugar de invisibilidade. Os resultados alcançados revelaram, para além de trajetórias militantes, os papéis desempenhados na luta pelos direitos estudantis, pela liberdade de expressão e pela qualidade da educação oferecida. Tais elementos conduzem a um novo olhar para a militância estudantil feminina, além de lançar os holofotes sobre aquelas que foram, historicamente, tratadas como coadjuvantes.

Palavras-chave

Ditadura civil-militar; Formação política; Movimento estudantil; Mulher militante; Pernambuco

Mujeres, universidad y la dictadura en el Nordeste de Brasil (1964–1985)

Resumen

Este artículo aborda la trayectoria política de nueve mujeres militantes del movimiento estudiantil en la Universidad Federal de Pernambuco, en el Nordeste de Brasil, durante el régimen cívico-militar (1964-1985). Se trata de un período en el que las universidades brasileñas eran, simultáneamente, espacios de represión y de resistencia, ya que el gobierno militar las consideraba un foco de efervescencia ideológica, al punto de crear mecanismos para vigilar y reprimir actos considerados subversivos.

El objetivo fue analizar la relación entre la formación superior y la militancia política de nueve estudiantes vinculadas al movimiento estudiantil (ME) durante dicho período. La metodología utilizada fue la investigación documental, cuyas fuentes incluyen las fichas criminales individuales de la Delegación de Orden Político y

Social (DOPS) y el Informe Final de la Comisión Estatal de la Memoria y la Verdad Dom Helder Câmara. Teóricamente, la investigación se fundamentó en Perrot (2007), para quien las mujeres no son solo víctimas en la historia, sino protagonistas, aunque situadas en un lugar de invisibilidad. Los resultados alcanzados revelaron, más allá de las trayectorias militantes, los papeles desempeñados en la lucha por los derechos estudiantiles, por la libertad de expresión y por la calidad de la educación ofrecida. Tales elementos conducen a una nueva mirada sobre la militancia estudiantil femenina, además de poner en el centro de atención a aquellas que fueron, históricamente, tratadas como coadyuvantes.

Palabras clave

Dictadura cívico-militar; Formación política; Movimiento estudiantil; Mujer militante; Pernambuco

Women, University and the Dictatorship in Northeast Brazil (1964–1985)

Abstract

This article addresses the political trajectory of nine women militants in the student movement at the Universidade Federal Pernambuco, Northeast Brazil, during the civil-military regime (1964-1985). It was a period in which Brazilian universities were simultaneously spaces of repression and resistance, as the military government viewed them as centers of ideological unrest and created mechanisms to monitor and suppress acts considered subversive. The objective was to analyze the relationship between higher education and the political activism of nine students linked to the student movement (SM) during the aforementioned period. The methodology used was documentary research, with sources including individual criminal records from the Political and Social Order Police Department (DOPS) and the Final Report of the State Commission of Memory and Truth Dom Helder Câmara. Theoretically, the research was based on Perrot (2007), who argues that women are not merely victims in history but protagonists, even when placed in a position of invisibility. The results revealed, beyond militant trajectories, the roles played in the struggle for student rights, freedom of expression, and the quality of education offered. These elements lead to a new perspective on female student militancy and shed light on those who have historically been treated as secondary figures.

Keywords

Civil-military dictatorship; Political formation; Student movement; Female militant; Pernambuco

Introdução

O regime civil-militar brasileiro (1964-1985) foi um período marcado, dentre outros aspectos, pela instabilidade política que polarizou a sociedade. Foi neste período que os militares e seus adeptos utilizaram instrumentos de controles que resultaram em perseguições, cerceamento da liberdade e outras violências aos seus opositores e opositoras. São elas, as opositoras — as mulheres que se posicionaram contra o regime autoritário — que se pretende evidenciar com esta pesquisa, fazendo um recorte para aquelas que foram estudantes e militantes do movimento estudantil na Universidade Federal de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Isto porque, como afirmam Rossi e Braghini (2025), os estudantes promoviam manifestações em diversos estados contra o regime estabelecido, mas sobretudo porque ao lançar o olhar atento para os vestígios da memória que estes deixaram e que existem nos acervos históricos brasileiros, deparamo-nos com um véu que insiste em cobrir as ações das estudantes sob a suposta justificativa de que mulheres

não ocupavam papéis relevantes politicamente. O que se buscará neste artigo, portanto, é, uma vez cumprido seu objetivo, tal qual Barreto e Faria Filho (2025) contribuir, a partir da ação educativa que se dá pela via da militância política, com o desvelamento das histórias e memórias das estudantes militantes cujas experiências se deram no período ditatorial.

Há que se registrar que o apagamento das mulheres na história, no caso do Brasil, também é um reflexo da falta de cuidado, bem como da dificuldade de acesso às fontes, acervos e documentos que remontam às peças do imenso quebra-cabeças que é a História da política brasileira. Fato que também remete ao problema da não preservação e da guarda da memória histórica do país, sobre os quais Pinsky (2009, p. 49) já alertava, ao destacar que:

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. [...] Aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados.

Quando se direciona o foco à história das mulheres em períodos políticos marcados pelo autoritarismo, tal apagamento torna-se ainda mais evidente, possivelmente porque, “[...] elas mesmas, mergulhadas em silêncios impostos e sufocadas por imagens distorcidas, por muito tempo negligenciaram a importância de sua história” (Perrot, 2007, p. 10). Atualmente, contudo, existem pesquisadoras e pesquisadores que buscam desvelar essas narrativas a partir de investigações acadêmicas, obras literárias, documentários, comunicações em congressos e outras publicações especializadas, desafiando os estereótipos que circunscrevem as mulheres ao papel recatado e doméstico, evidenciando que não há uma única, mas múltiplas formas de ser mulher — o que inclui aquelas que ocuparam as instituições universitárias e atuaram politicamente contra regimes autoritários.

É sob essa premissa que objetivamos analisar a relação entre a formação superior e a militância política de nove estudantes vinculadas ao movimento estudantil (ME) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), durante o período do regime civil-militar, uma vez que o ME revelou-se elemento fundamental para o engajamento político dessas mulheres e desempenhou papel crucial, assim como em todo o país, na reação contra a ditadura instaurada pelo referido regime. Para tanto, buscou-se compreender a dinâmica dessa relação, considerando as ações, os papéis e os posicionamentos adotados por essas mulheres, bem como as instâncias em que suas trajetórias convergiram ou divergiram no contexto do regime autoritário brasileiro.

Nesse sentido, abordar metodologicamente o movimento estudantil durante o regime civil-militar implica discutir ações de homens e mulheres que dedicaram sua existência e, em muitos casos, suas vidas em prol do movimento, cuja motivação central consistia na luta, entre outros aspectos, pela liberdade de pensamento, pela extinção da censura, da perseguição militar e do autoritarismo, além da defesa de uma educação pública, de qualidade e emancipada das amarras conservadoras que caracterizavam a ditadura brasileira.

Ferreira (2014), ao examinar esse cenário, ressaltou a relevância dos e das jovens do ME durante o período ditatorial, destacando suas atuações na linha de frente contra o cerceamento dos direitos civis e a supressão da democracia, seja por meio de protestos,

articulações em movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, seja, em última instância, na luta armada. Por apresentar um posicionamento representativo e combativo, o ME tornou-se alvo de severas repressões por parte do regime militar, conforme assinala Motta (2014, p. 15) uma vez que “No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse perigoso e desviante — e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil.”

Apesar do reconhecimento acadêmico acerca da participação de ambos os gêneros no movimento estudantil, ao abordar especificamente o papel das mulheres, as narrativas frequentemente são apresentadas de forma sucinta, fragmentadas ou mesmo inexistentes, o que conduz a uma percepção equivocada de que a presença feminina se restringiu a um papel coadjuvante em comparação ao protagonismo masculino. Essa constatação é particularmente evidente na análise dos documentos referentes ao período ditatorial brasileiro, como os relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, os quais indicam que, do total de 51 pessoas mortas ou desaparecidas registradas no primeiro volume, apenas seis eram mulheres.

Diante dessa realidade, impõe-se o questionamento: tal discrepância decorre da efetiva menor quantidade de mulheres mortas e desaparecidas, ou resulta da escassez de informações acerca dessas mulheres? Ou ainda, seriam essas mulheres desconsideradas enquanto sujeitos históricos relevantes, a ponto de não receberem o mesmo grau de atenção conferido aos homens? Ao analisar documentos policiais e judiciais do período,¹ como os Prontuários Individuais do DOPS-PE e os Processos Judiciais de Indenização de ex-presos políticos, evidencia-se que existiram mulheres que, à semelhança dos homens, exerceram liderança política contra o regime ditatorial, atuaram na luta armada, foram presas, perseguidas, torturadas e assassinadas, e, sobretudo, mantiveram resistência diante das tentativas de violação de sua dignidade — seja no âmbito acadêmico, profissional, familiar, materno ou corporal.

Dessa forma, ao abordar a participação feminina no movimento estudantil, é imperativo nomeá-las e narrar suas histórias, a fim de desconstruir o mito da mulher coadjuvante em contraposição ao homem protagonista, afinal elas integraram o movimento estudantil e este se configurou como um dos principais focos de resistência à ditadura (Mota, 2014).

Neste contexto, no presente artigo dedicamo-nos a análise das primeiras experiências políticas de nove mulheres estudantes e militantes do movimento estudantil na

¹ As fontes utilizadas neste artigo foram escolhidas por conterem dados sobre cada uma das estudantes cujas trajetórias foram aqui analisadas e são de dois tipos, a saber: fichas criminais preservadas no fundo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Arquivo público Estadual Jordão Emerenciano e Processos de Indenização organizados pela Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. As fichas foram produzidas pela polícia política que enquadrava, perseguia e prendia todas as pessoas consideradas, por ela, subversivas e a partir da qual encontramos dados como nome, idade, raça, enquadramento prisional, nomes de membros de sua rede de relacionamentos, parentescos, dados físicos, recorrência, dentre outros elementos fornecidos pelo estado brasileiro. Embora não haja uma constância nos seus preenchimentos as análises das fichas nos permitiram extrair dados que somados a outros contidos nos processos de indenização nos proporcionou uma análise mais verticalizada. Nos processos foram encontrados além de documentos pessoais e dados sobre os pedidos de indenizações pelas prisões, danos morais, materiais, psicológicos e torturas; dossiês com informações contendo as versões das presas ou de familiares no caso daquelas já falecidas. Seus conteúdos são considerados sensíveis, pois além dos aspectos aqui tratados, trazem elementos pessoais, dores, memórias e o direito a lembrança e ao esquecimento, se assim escolherem.

Universidade Federal de Pernambuco a saber: Dulce Chaves Pandolfi (1948), Lília Maria Gondim Leitão (1950), Maria do Socorro de Magalhães (1948), Maria Inês Moreira de Melo (1952), Maria Lia Faria de Souza Cavalcante (1949), Maria Luzinete de Lima (1943), Maria Salete Damasceno Weyne (1940), Míriam Lopes Verbena (1946-1972) e Ranússia Alves Rodrigues (1945-1973).

Por se tratar de uma formação que transcende o âmbito escolar, é fundamental compreender que a educação deve ser entendida também pela experiência conforme sinaliza Thompson (1981) para quem o ser social dialoga com a consciência social e disso resulta a experiência que uma vez vivida proporciona novos elementos, considerados aqui formativos e que, quando analisados, podem construir conhecimentos que devem ser considerados na escrita da história. Isto porque a formação envolve não só a forma como aquelas mulheres aprenderam e se engajaram na militância, mas também os aspectos relativos às vivências e experiências que as forjaram dentro desta relação mulher-estudante, o que inclui sua formação dentro da universidade, a formação nos partidos políticos e nos movimentos políticos de esquerda dos quais fizeram parte.

Assim sendo, entende-se que as trajetórias formativas delas incluíram os aspectos formais advindos da sua formação acadêmica/profissional na universidade, mas também os elementos advindos dos movimentos sociais e partidos políticos a que se filiaram oficial ou extraoficialmente, ou seja, aqueles advindos das experiências vividas, como suporia o mesmo Edward P. Thompson (1992). Isto porque suas redes de sociabilidades e as ações desempenhadas na militância política são elementos formativos que as forjaram enquanto mulheres que foram resistência frente às investidas do governo autoritário. Tal fato dialoga com o pensamento de Michelle Perrot, para quem “o status de vítima não resume o papel das mulheres, que sabem resistir, existir e construir seus poderes.” (2007, p. 166). De modo que as trajetórias políticas delas na universidade, mesmo que iniciais, nos contam histórias importantes para a desmistificação de paradigmas ainda existentes na história das mulheres e sobre a história da educação neste momento político.

Mulheres entre rótulos e vozes

Pecadoras, impuras, bruxas, moedas de troca, prostitutas, burras... a lista de rótulos dados às mulheres é infinita e, por isso, a grande pergunta é: quem foram os responsáveis por esses rótulos? Sim, o uso do artigo no masculino está correto, afinal ao longo da história humana, os homens foram os responsáveis por registrar e relatar os acontecimentos. A história das mulheres, em vez de contada por elas, foi contada por outros. Foram eles que deram a ver suas histórias, que perpassaram o âmbito religioso, social e científico, bem como narraram as bagagens que se acumularam e pesaram sobre os ombros das mulheres, em especial daquelas que ousaram ir contra o modelo patriarcal.

Sobre o patriarcado em específico, Del Priore (2020) o descreveu, no Brasil, como sendo algo construído em bases religiosas que pautava a superioridade masculina e a “disciplinarização” feminina, utilizando-se da violência, violação e/ou controle do corpo feminino. As consequências disso foi “silêncio e a submissão”, como analisa Perrot (2006) ao se

ater a análise da História das Mulheres no espaço público. De acordo com a autora, a elas foi ensinado que o corpo feminino era algo que devia ser escondido e que era o homem o sujeito de grandeza e figura de respeito. Generalizadas, juntamente às crianças e culpadas pelos malefícios da humanidade, às mulheres foram e são atribuídos adjetivos que moldaram o imaginário feminino, e isso se refletiu, em alguma medida, no silenciamento de suas falas e como amarras de suas ações.

As autoras Alves e Pitanguy (2022, p. 26) deixaram explícito que “a subordinação e desqualificação da mulher é uma construção social”; entretanto, ainda que houvesse e ainda haja movimento de controle, as mulheres não ficaram relegadas à submissão: elas aprenderam a transgredir o modelo patriarcal, protagonizando “uma luta que se faz com indignação — inevitável à medida que vai se revelando o tamanho da oposição masculina à igualdade da mulher — e que atravessa os séculos como um camaleão, tomando infinitas formas, evidentes ou sutis.” (Alves & Pitanguy, 2022, p. 27).

Tal linha de pensamento dialoga com as reflexões de Silva (2017), quando esta destaca que as mulheres não “são”, e sim “estão” em constante transformação, e suas transformações enquanto mulheres, militantes, transgressoras, mães, esposas não se excluem, mas entram em consonância, construindo novas formas de experienciar o tempo e o espaço público. Sobre tais aspectos, analisa Perrot (2006, p.12):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina, que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre o uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Ao tomar consciência sobre a existência da história das mulheres sob a perspectiva destas, cria-se bases para que não se caia no vício de criação de estereótipos femininos, vícios sobre os quais Adichie (2009, p. 4) alerta:

A única história cria estereótipos e o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. [...] Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.

A partir também de tais considerações, vem a importância de pesquisar e divulgar a história das mulheres, que Alves e Pitanguy (2022) trazem como parte indispensável à luta feminina, pois é nesse entendimento que se busca a superação da discriminação. É o que Perrot (2007, p. 166) também conclui ao afirmar que escrever a história das mulheres “[...] não é um meio de reparação, mas desejo de compreensão, de inteligibilidade global”

e nas palavras de Silva (2017, p. 143) “é um chamado para a luta, desta vez com as armas da memória e da linguagem.”

O regime civil-militar ditatorial brasileiro

Memória e linguagem, história e narrativa são binômios que incentivaram e inspiraram a feitura deste texto e ao atendimento aos chamados de Perrot (2007), Adichie (2009) e Alves e Pitangui (2022), dentre tantas outras autoras que alia a História das mulheres as discussões que envolve a igualdade de gênero, inclusive a partir da escrita da história da educação. Nesse sentido, é necessário entender a História e a memória que forjaram o Brasil calcado no autoritarismo — autoritarismo este que se fez presente no imaginário e no cotidiano dos brasileiros e brasileiras muito antes de 1964, mais especificamente na terceira fase da chamada Era Vargas, denominada Estado Novo (1937-1945).

Para entender como foi essa fase, é necessário voltar à Constituição de 1934 (Brasil, 1934), que foi promulgada por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte. Ela trouxe a garantia da conquista do direito ao voto secreto e direto de 1932, incluindo as mulheres, tanto no papel de eleitoras quanto de elegíveis para cargos públicos; a pluralidade sindical; direitos civis; direitos trabalhistas e a liberdade de expressão dos cidadãos — conquistas estas fundamentais para o povo brasileiro, que acabara de sair da política do “café com leite” e do “voto de cabresto”, também conhecido como período da República Oligárquica (1894-1930).

Ainda que advindo de uma série de conquistas, o Brasil regrediu quando o então presidente Getúlio Vargas, em uma tentativa de continuar no poder, deu um golpe de Estado ao se utilizar de uma narrativa anticomunista, que surgiu de uma represália ao movimento comunista, também chamado de Revolta Vermelha/Intentona Comunista. Este movimento se iniciou em 27 de novembro de 1935, liderado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era uma ramificação da Internacional Comunista, cujo líder, no Brasil, era o ex-militar Carlos Prestes. O objetivo da Revolta Vermelha era implodir as oligarquias, o imperialismo e o fascismo que se expandia cada vez mais no país, para além da queda de Vargas do poder.

Foi combatendo tais ações que Vargas permaneceu no poder de maneira autoritária e trouxe como primeira medida uma nova Constituição, promulgada em 10 de novembro de 1937, que legalizou o cerceamento da liberdade dos cidadãos, a censura, a cassação de mandatos e o estabelecimento de uma proposta conservadora de governo. Em sua Constituição foi declarado explicitamente o combate ao comunismo: “ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente.” (Brasil, 1937).

A queda do Estado Novo se deu, entretanto, devido ao contexto mundial de tensão ocasionado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que gerou crise nas exportações agrícolas do país, consequentemente intensificando o setor industrial brasileiro. Mas, para que fosse de fato efetuada a industrialização do país, foi exigido o fim do governo ditatorial e o apoio à democracia, sendo, por isso, Vargas deposto em 1945. (Braga, s/d).

Entre 1945 e 1964, tivemos um período considerado democrático e que foi novamente violado com outro golpe de Estado, o qual perdurou de 1964 até 1985. Ele teve início com a renúncia de Jânio Quadros ao poder, em 1961, tendo seu vice, João Goulart, assumido o cargo de presidente da República. Araújo, Silva e Santos (2013) explicam que foi com a ascensão de Goulart que se reiniciou um processo de polarização política no país, visto que seus projetos incluíam reformas administrativa, fiscal, universitária e, principalmente, a reforma agrária — sendo esta a mais polêmica de suas propostas, pois os grandes latifundiários demonstravam grande insatisfação, já que não queriam perder seus poderes, privilégios e influências.

O alinhamento de latifundiários, parlamentares e militares deu uma primeira investida contra o governo de Goulart com a implementação do veto militar, que reduziu os poderes do então presidente e mudou o Brasil de um regime presidencialista para um regime parlamentarista. Embora o presidencialismo logo se reestabelecesse com a posse efetiva de Goulart, isso não significou o fim das articulações para a sua destituição.

Como resposta, os opositores do governo, que também ocupavam cargos parlamentares, impediram a aprovação das reformas de base propostas por Goulart. Não bastando tais ações, seus opositores também resgataram o discurso da ameaça comunista, sendo esta a base para a instauração do golpe militar. Esse resgate foi possível por meio da distorção do discurso de João Goulart no Comício de 13 de março de 1964, que trouxe novamente o Decreto da Superintendência da Política da Reforma Agrária (SUPRA) e gerou grande comoção na população, como destacado por Araújo, Silva e Santos (2013, p. 15), pois “O medo da radicalização dessas medidas e de um suposto “perigo comunista” levou milhares de pessoas às ruas nas ‘Marchas da Família com Deus pela liberdade’, organizada por clérigos e entidades femininas, realizadas em várias cidades do país, sendo algumas delas apoiadas por seus governantes.”

Deste modo, o Brasil viveu novamente um período de tensão e polarização política, uma vez que as ações de censura, repressão militar e cerceamento de direitos contavam com apoio midiático significativo, pois os jornais da época traziam manchetes e notícias favoráveis ao regime, como, por exemplo, as publicações no Diário de Pernambuco de 1964, cujos títulos das manchetes revelavam um discurso pró-golpe anticomunista, a saber: “Espiões soviéticos tinham livre trânsito no Recife, diz delegado”, “Sindicato dos bancários era agência dos comunistas”, “Missão da UNE era organizar o PC nas escolas: documentos provam ação subversiva da UNE”. Além dessas, o apoio e financiamento empresarial e o apoio de uma parcela da população civil também eram importantes, uma vez que essas viam como positiva a forma como o governo ditatorial geria os aspectos da vida política, econômica, social e educacional no país.

Com tais apoios, o golpe de 1964 foi instaurado e ganhou adeptos em todas as instâncias sociais. É por esse motivo que este momento histórico é aqui tratado como regime civil-militar, posto que contou com o apoio não só de militares e governantes, mas também de uma parcela significativa da população, incluindo empresários e comunicadores. Razão pela qual houve também movimentos contrários ao regime — a oposição — dentre os quais destacamos o movimento estudantil, composto pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

A universidade e o movimento estudantil: origens e efervescência da juventude militante no regime autoritário

A história da universidade brasileira durante o regime civil-militar não é apenas um relato de repressão e censura, mas também um testemunho vigoroso da capacidade humana de resistência e transformação social. Entre os muitos agentes desse processo, o movimento estudantil desponta como protagonista de uma luta que transcendeu os muros acadêmicos para se tornar símbolo da busca por uma educação pública, democrática e inclusiva. Por isso não basta saber que o ME foi oposição do regime civil-militar brasileiro; é preciso saber o porquê e para quê os e as estudantes se opuseram. E, para responder a esses dois questionamentos, é preciso também entender como o governo militar interferiu diretamente na educação brasileira, em especial no ensino superior.

Como vimos nos parágrafos anteriores a respeito do golpe militar de 1964, um dos pontos de maior incômodo dos golpistas eram as propostas reformistas que Goulart trazia em seu discurso, as chamadas Reformas de Base, e dentro delas estava a reforma universitária. É válido ressaltar que o contexto educacional brasileiro se construiu de forma elitizada, sendo o direito à escola um privilégio para poucos. Entretanto, com a participação ativa de intelectuais de esquerda na construção de políticas públicas voltadas à escolarização e à educação popular no início da década de 1960 — a exemplo do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (Santos & Barreto, 2021) e da Campanha *Pé no Chão também se aprende a ler* no Rio Grande do Norte (Santos & Barreto, 2024) — as classes populares começaram a ter acesso à educação a partir de novos espaços.

De modo que foi com a chegada de mais estudantes para o campo educacional que se teve a necessidade de sua reorganização, com vistas a articular seus interesses e seus direitos de acesso e permanência à escola e à universidade, bem como a outros direitos de setores da sociedade que já eram conhecidos, mas que começaram a ser evidenciados por essa nova classe pensante que passara a ter lugar de fala. Foi assim que estudantes se envolveram e defenderam a maioria minorizada nas principais pautas do Brasil, a exemplo da educação pública, gratuita e de qualidade para o povo e o acesso às universidades pelas classes populares.

À essa época, a universidade constituía-se como um espaço catedrático e elitizado que não acolhia todos e todas indistintamente, sobretudo com a garantia dos mesmos direitos. Por isso, a necessidade de mudança se fazia cada vez mais latente para os e as jovens do Brasil. Por isso, a política universitária foi desenhada trazendo como pauta, como apontou Motta (2014), a superação de certos arcaísmos, como o fato deste espaço ser catedrático, no sentido de privilegiar alguns professores que detinham cargos vitalícios, enquanto os demais se encontravam em níveis hierárquicos inferiores, tendo como reflexo poucas vagas para a docência, a desvalorização do trabalho de muitos e a consequente baixa produção de conhecimento. Para além disso, a escassez de vagas também era um problema, em especial nos anos de 1950 e 1960, quando houve um aumento das taxas de urbanização e crescimento demográfico que reverberou na necessidade de lugares de formação para membros das classes baixas. Em outras palavras, não só havia privilégio na ocupação de cargo docente, como também eram poucos jovens — apenas aqueles privilegiados por uma

formação média elitizada — que conseguiam as poucas vagas oferecidas nas universidades, constituindo essas um espaço para poucos.

Este contexto acima descrito foi inflamado pelo ME e justificou a proposta de João Goulart sobre as Reformas de Base, que propunha a transformação do espaço acadêmico, com vistas a fazer com que as universidades fossem capazes de produzir mais conhecimento e formar mais pessoas. Entretanto, foram os embates políticos entre esquerda e direita que nos responderam o porquê o ME se opôs ao governo ditatorial. O conflito se delineou, de um lado, com as lideranças estudantis e a UNE almejando uma reforma educacional que mudasse as estruturas de poder, trazendo pautas socialistas, além da necessidade de se modernizar para ser capaz de produzir mais conhecimento, e, do outro, os militares e seus apoiadores que viam a reforma como algo técnico, privilegiando o desenvolvimento tecnológico e menos humanista, algo que gerasse lucro rápido para a máquina pública, conforme os acordos tecidos no âmbito dos convênios entre Brasil e Estados Unidos conhecido como MEC-USAID.

A partir disso, para que as universidades não se tornassem um espaço de ensino puramente tecnicista (ponto alto do governo civil-militar), pouco reflexivo e de retorno econômico rápido, os e as estudantes assumiram uma postura de oposição, criando o cenário que Motta (2014, p. 8) denominou de “rebeldia estudantil.” O engajamento juvenil levou homens e mulheres estudantes a lutar “por uma universidade inclusiva direcionada para o povo, sobretudo às populações mais pobres, e para as problemáticas nacionais.” (Ferreira, 2014, p. 37). Para além da UNE, conforme nos mostra Barreto e Faria Filho (2025), a juventude também se aliou a agremiações mais à esquerda politicamente, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), A Ação popular (AP) e a Aliança Nacional Libertadora (ALN), além da Juventude Universitária Católica (JUC). Motta (2014, p. 15) assim descreve como o regime autoritário tratou a educação:

Criou as ASIs [Assessorias de Segurança e Informação] para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou incutir valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.

Desse modo o governo civil-militar interveio diretamente nas universidades, pois, ainda que não fosse completamente antirreformista, era principalmente anticomunista, perseguindo e punindo seus opositores, pois queria destruir a mais remota possibilidade de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias (Motta, 2014). Sobre este período aponta Ferreira (2014, p. 36):

No Brasil, igualmente em tantas outras partes do globo, os jovens foram contagiados por esse sonho, ascenderam em organização e se engajaram nos ditos ‘movimentos subversivos’, aceitando o desafio de uma transformação social profunda, que passava necessariamente pela contestação dos poderes instituídos.

Fato é que as ações de perseguição, prisão e assassinato executadas pelo governo ditatorial contra os e as estudantes que se opuseram a esta forma de governo que tinha o intuito de suprimir as ideias de esquerda dentro das universidades, não foram o bastante para subjugar ou anular o movimento estudantil, uma vez que esses homens e mulheres estudantes se articularam, buscaram organizar-se em movimentos e partidos de esquerda e traçaram suas táticas de sobrevivência, para que assim pudessem continuar resistindo à ditadura.

Elas no movimento estudantil

Foi no âmbito da pesquisa documental e a partir da aquiescência do comitê de ética e pesquisa institucional, que se chegou ao mapeamento de mulheres presas e perseguidas políticas no estado de Pernambuco. Para tanto foram investigados o acervo do DOPS e da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. A princípio, das 225 mulheres presas e/ou perseguidas cujos nomes foram levantados na pesquisa, foram identificadas 40 mulheres estudantes, sendo destas selecionadas aquelas que atendiam os critérios de inclusão para o propósito específico da pesquisa que deu origem a este artigo, a saber: mulheres que foram estudantes na UFPE; mulheres com informações totais ou parciais; e cuja atuação militante se deu dentro do ME. Ao final, chegamos aos nomes das mulheres já anunciadas.

O caminho escolhido envolveu indagar como a militância estudantil contra o regime autoritário se delineou no estado de Pernambuco e o que os documentos consultados: fichas policiais do Dops e os processos de anistia podiam revelar. Segundo Silva (2017), no primeiro dia em que foi instaurado o Regime Civil-Militar, a reação da oposição no estado foi uma manifestação na Av. Guararapes, em Recife, que reuniu pessoas que se opunham às deposições de João Goulart à presidência da República e de Miguel Arraes do governo do estado de Pernambuco. Nela, havia a presença de homens e mulheres, estudantes, pessoas pertencentes a organizações de esquerda que terminou com um confronto direto entre polícia militar e manifestantes que resultou na morte de dois jovens estudantes, assassinados a tiros: Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar.

Ambos tiveram uma trajetória de militância política e, ao nos debruçarmos sobre os acervos de seus feitos, pode-se encontrar uma ampla gama de materiais que nos permite conhecê-los e reconhecer um trabalho de memória sobre eles. Entretanto, estes, apesar de serem os primeiros, não foram os únicos jovens assassinados pela ação da ditadura, a estudante e militante política Ranúsia Alves Rodrigues foi também uma dessas jovens.

Ranúsia nasceu em Garanhuns-PE, em 18 de julho de 1945, e foi assassinada em uma ação do DOI-CODI/I Exército em 27 de outubro de 1973, aos 28 anos, supostamente em confronto, na praça Sentinela - RJ. Ela foi uma ativa militante política. Sua trajetória política iniciou-se dentro do movimento estudantil. Foi no ano de 1968 que ela ingressou no curso de enfermagem na UFPE e, neste mesmo ano, foi eleita presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da instituição e a partir dele também foi eleita delegada para o 30º congresso da UNE realizado em Ibiúna, estado de São Paulo, sudeste do país, que tinha como propósito o combate à ditadura. Nele cerca de 1.000 estudantes foram

presos pela polícia política e Ranússia foi uma delas. Ela, assim como tantos outras jovens envolvidos com o movimento estudantil, a época na clandestinidade, sofreu perseguições do regime autoritário e uma delas foi a cassação dos seus direitos estudantis devido ao Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que determinava, dentre outras coisas que:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino público ou particular que: [...] III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou dêle participe; [...] Parágrafo 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: [...] Se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos. (Brasil, Decreto-Lei 477, de 26 de fev. 1969).

Em Pernambuco, Ranússia foi peça chave para a organização da militância estudantil do PCBR, pois era membro do Comitê Universitário e realizava as reuniões do partido em sua casa. Para além disso, ela atuou no acolhimento e proteção de outros estudantes que foram perseguidos pelo regime autoritário, como fez com a militante Helena Mota Quintela, quando ela precisou sair do estado do Ceará para não ser presa pelo governo ditatorial, e veio buscar refúgio com Ranússia em Pernambuco. Isso só foi possível graças a rede de sociabilidade que existia entre os membros do movimento, sobretudo as mulheres militantes deste período. (Silva e Barreto, 2022).

Assim como Ranússia, Miriam também foi uma militante ativa durante esse tempo. Nasceu em 11 de fevereiro de 1946, em Irituia-Guamá, no Pará e, quando estudante, se engajou no movimento estudantil ao adentrar no curso de Ciências Sociais na UFPE, em 1968. Ambas são muito semelhantes em suas trajetórias, uma vez que também atuavam na organização e proteção de militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), sendo ela também responsável por ajudar a companheira foragida Helena Mota Quintela, como exposto anteriormente.

A história de Miriam se expande, pois ela construiu uma relevante carreira profissional como pesquisadora da Sociedade Civil de Planejamento Ltda. (Socioplan), no estado de São Paulo, em 1970. No ano de 1971, entretanto, Miriam retornou para Recife, onde integrou a equipe de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Olinda. Ela foi casada com o dirigente do PCBR, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides e foi, junto com ele, que morreu em um suposto acidente de carro, sendo a causa de suas mortes uma tentativa de esconder mais uma ação de assassinato da polícia política da ditadura militar. Segundo fontes do Jornal do Commercio, publicado em 9 de março de 1972, disponíveis na CEMVDHC (vol. 1, 2017, p.185).

Automóvel capota diversas vezes na estrada e esmaga a esposa do seu motorista. Quando viajava do Recife para Lagedo, entre as cidades de São Caetano e Cachoeirinha, o fusca dirigido pelo sr. José Carlos Rodrigues capotou mais de cinco vezes resultando na morte no HPS de Caruaru para onde foi conduzido e na morte imediata de sua esposa a sra. Miriam Lopes Rodrigues que foi esmagada pelo veículo.

A suspeita de que não se tratou de um acidente e sim de um assassinato, com falsificação nos registros policiais, gerou uma investigação, por iniciativa de Iara Xavier Pereira, de cujo relatório, do ano de 2017, extraímos o seguinte:

[...] apesar de todos os esforços realizados ao longo desses 26 anos, não foi possível obter nenhuma evidência concreta, palpável, que confirmasse ou não a versão oficial de que Luiz Alberto e Míriam morreram em um ‘fortuito acidente de automóvel’. [...] apesar das lacunas e contradições, consideramos que Luiz Alberto de Sá Benevides e Míriam Lopes Verbená foram mortos em decorrência da ação de agentes policiais. (CEMVDHC vol.1, 2017, p. 188)

Mulheres como Ranúzia e Miriam são facilmente reconhecidas nas palavras de Perrot (2006), como aquelas que sabem ser construtoras de seus poderes, ainda que os contextos para elas fossem desfavoráveis. Ainda que vítimas da ditadura no Brasil, somente colocá-las neste papel não basta para contar as suas histórias, pois antes disso, elas foram militantes políticas, estudantes universitárias, produtoras de saberes que se articularam dentro dos partidos e movimentos sociais em prol de outras mulheres e de outros militantes por uma ideologia política e um projeto de país. De modo que ainda que assassinadas fisicamente, não devem ser assassinadas na memória histórica.

A outra estudante militante política foi Maria Salete Damasceno Weyne que se insere em um importante movimento político-educacional nordestino com ecos em todo o país: o Movimento de Cultura Popular, que teve como outros de seus membros Anita Paes Barreto e Paulo Freire. Este reconhecido no mundo por seu método de alfabetização e aquela com reconhecimento local por seu trabalho científico junto a pessoas com deficiência. Maria Salete nasceu em Fortaleza-CE, em 15 de janeiro de 1940, e sua trajetória de militância inicia antes do golpe militar de 1964, quando ela adentra no curso de Serviço Social e experiencia as ações do MCP. Ela relata em sua carta testemunho, disponível no seu Processo de pedido de indenização sob guarda do Apeje, qual foi a sua virada de chave para o engajamento político a favor dos desfavorecidos:

Naquele momento tomei consciência de muitas coisas. Do destino do Brasil, em primeiro lugar. Do meu destino pessoal, em seguida. [...] Transferi-me para Recife em 1962, para a realização de uma missão: integrar a equipe regional da Juventude Universitária Católica (JUC) do nordeste, responsável por aquele setor da Ação Católica. Parte da minha sobrevivência (alojamento e refeições) era assegurado pela Arquidiocese de Olinda e Recife, tendo D. Helder Câmara como Arcebispo.

Ao lado dessa missão, desejava, no plano profissional, trabalhar com Paulo Freire no desenvolvimento e aplicação do seu método de alfabetização de adultos, àquela altura já bastante divulgado no país. (CEMVDHC, 2012g)

Foi por meio de sua monografia em 1964, trabalho que realizou conjuntamente com mais duas pessoas do curso, cuja temática era “a implantação do método Paulo Freire de alfabetização de adultos em meio urbano”, que Maria Salete adentra no MCP e se envolve

politicamente com ele, mas para além dele, ela também atuou no Movimento Estudantil da Juventude universitária Católica (JUC). Maria Salete expõe em seu relato que foi presa na madrugada de 1º de abril de 1964 (data do golpe militar), o que a impediu de seguir em frente com seu trabalho de monografia, tendo concluído sua graduação somente em 1965. Foi com a ajuda de Dom Helder, ativo combatente da ditadura e por isso reconhecido hoje como patrono dos Direitos Humanos no Brasil, que ela saiu da prisão, como também se engajou em uma nova pesquisa para a conclusão de seu curso, como exposto em seu relato:

Profissionalmente, sofri duras perdas. Sem estágio, sem nada a vislumbrar no horizonte, a perspectiva era a pior possível: não podia obter meu Diploma em 1964. Mais uma vez, Dom Helder veio ao nosso encontro (o grupo de estagiárias do MU), propondo-nos a realização de uma pesquisa sócio-econômico-cultural em determinadas paróquias de Recife, visando a implantação de cursos e seminários de formação para uma ação paroquial de longo alcance. Era sua maneira de nos oferecer o material de que necessitávamos para nosso trabalho de conclusão de curso. Finalmente, obtive meu diploma em 1965 num clima desolador, sem nenhuma perspectiva profissional, no caos total. (CEMVDHC, 2012g).

A trajetória de Maria Salete, assim como a de Miriam, remonta ao que Perrot (2007) registra em sua obra, ao destacar a importância de haver mulheres produzindo conhecimento e movimentando a história, pois isso evidencia a falácia de que mulheres são naturalmente voltadas para afazeres domésticos, familiares, culinários, ou de que são limitadas na produção de conhecimento. Compreende-se, assim, que tal concepção é um produto da história e da cultura, que insiste em relegar a mulher a um lugar de submissão e subserviência. Contudo, os perfis das mulheres aqui apresentadas nos revelam que elas são plenamente capazes de produzir conhecimentos e ciência, aprendendo a transgredir ao ocupar espaços que antes lhes eram negados.

A insurgência dessas mulheres também se manifestou em casos como o de Dulce Chaves Pandolfi que nasceu em Recife-PE, no dia 14 de dezembro de 1948. Assim como Miriam, Dulce também foi estudante de Ciências Sociais no ano de 1967, na UFPE. Entretanto, a sua militância foi forjada muito antes de adentrar o espaço acadêmico, pois ela começou ainda quando estava no colegial. Dulce passa a ocupar o ambiente acadêmico com uma consciência política que a fez ocupar o cargo de secretária geral do Diretório Central dos Estudantes da UFPE no ano seguinte em que ingressou no curso de Ciências Sociais. Assim consta no processo de indenização a anistiados políticos:

Ao término do ano de 1969, tomou conhecimento a requerente, que muitos amigos foram presos e torturados. Avisada que policiais a procuravam nas salas de aula, foi obrigada a deixar de frequentar a faculdade.

O cerco aumentava a cada dia. A polícia passava a rondar a residência da pleiteante e seguir seus familiares. Temendo ser presa e passar pelo que muitos colegas estavam passando, abandonou tudo: família, emprego, estudos, sua cidade. (CEMVDHC, 2012a)

Ainda que relegada a viver na clandestinidade, Dulce, assim como Ranússia, não deixou de atuar politicamente na luta contra o regime civil-militar, demonstrando que as sementes plantadas no movimento estudantil fincaram em sua vida como raízes profundas, que resultaram em sua filiação a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e consequente continuidade de sua militância política e fortalecimento de suas redes de sociabilidade no movimento contra a ditadura.

A história de Dulce também se aproxima a de Lília Maria Gondim Leitão, nascida na cidade de Olinda - PE, no dia 01 de outubro de 1950. Lília também iniciou a sua militância política ainda muito jovem, quando ainda era estudante secundarista do Colégio Estadual do Recife, no ano de 1966. Tal engajamento político se fez presente na sua vida de tal forma, que ela também foi escolhida delegada nos congressos dos estudantes representando sua escola. Não bastando sua representatividade, seu engajamento político expandiu-se quando, no auge do regime político-autoritário, em 12 de junho de 1969, data também da visita do magnata responsável pelas campanhas higienistas no Brasil Rockefeller, ela passou a integrar o movimento de resistência ao regime militar, denominado Ação Popular (AP).

A postura combativa de Lília é descrita em seu processo indenizatório, onde relata a suas participações em protestos estudantis fosse dentro ou fora da escola, sendo, inclusive, uma destas o motivo da sua prisão:

No dia 12 de junho de 1969, por ocasião da visita de Rockefeller a Pernambuco, o movimento estudantil programou uma série de manifestações no centro da capital. A equipe da qual a requerente [Lília] integrava, foi destinada a fazer protestos e dizer palavras de ordem em uma parada de ônibus situada na Av. Sul, quando então desceu um passageiro de um dos coletivos e ao se identificar como policial, em seguida, deu ordem de prisão a todos. Foi então que se iniciou uma fuga espetacular que culminou com a prisão da requerente e de seus companheiros, sendo todos encaminhados para o DOPS. CEMVDHC, 2012b)

Mesmo presa e submetida a torturas físicas e psicológicas no DOPS, conforme exposto em seu Processo indenizatório Lília se manteve firme, lutando pelo seu direito de continuar estudando, além de manter o seu posicionamento contra o regime autoritário da época, fazendo-a chegar a UFPE e se formar no curso de economia.

Lília e Dulce, assim como Maria Lia Faria de Souza Cavalcante, dividiram os mesmos chamados para a insurgência, alimentada pela revolta das ações realizadas pelo governo autoritário brasileiro. Maria Lia nasceu em Recife, em 25 de julho de 1949, e foi mais uma mulher cuja militância teve início no movimento estudantil e que, assim como Ranússia, esta mesma militância teve como consequência a retirada de seu direito de estudar. Seu engajamento se deu dentro do movimento estudantil, ao indignar-se com as violências e retiradas de direitos estudantis estabelecidas pelo Decreto-Lei 477 impostos pelo regime civil-militar. Isto a moveu a protestar contra o governo autoritário. Segundo sua ficha policial ela divulgava boletins que traziam como título “frente a pequena burguesia”, denunciando as ações do governo militar.

Como retaliação, Maria Lia foi presa em companhia de outros estudantes na Praia de Boa Viagem e, posteriormente, teve sua matrícula cancelada durante 3 anos como estudante de Psicologia, o que impactou a sua carreira profissional e sua realização pessoal de concluir o curso de sua escolha, para além de viver o terror da perseguição do regime autoritário.

Outras duas mulheres que não permitiram que lhes fosse retirado o desejo de aprender, bem como ocuparam cargos de liderança dentro da UFPE foram: Maria do Socorro Magalhães e Maria Inês Moreira de Melo. Maria do Socorro nasceu em Cajazeiras-PB, em 24 de dezembro de 1948. Em 1967, deixou o conforto de sua família para morar com o irmão João Américo, no bairro de Casa Amarela, em Recife-PE, buscando consolidar sua formação acadêmica. Nesse mesmo ano, ingressou no curso Pedagógico do Colégio São José, na Boa Vista. Entre 1969 e 1972, ampliou sua trajetória intelectual ao cursar Filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, enfrentando o contexto de repressão intensificada pelo Ato institucional 5 (AI-5), que cerceava estudantes, professores e servidores tidos como subversivos. A cassação de direitos, o risco de prisão e o silenciamento faziam parte da rotina dos que resistiam ao regime.

A liderança de Maria do Socorro se evidenciou como Secretária de Cultura do Diretório Central dos Estudantes, função na qual articulou discussões e participou do congresso estudantil da Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte-MG. Em sua intervenção política, defendeu a regulamentação da profissão de sociólogo, que se tornaria realidade apenas em 1980, com a Lei nº 6.888. No retorno do congresso, Maria do Socorro e mais dez colegas foram surpreendidos e detidos por policiais, revelando a repressão que acompanhava cada movimento de organização estudantil.

Maria Inês, assim como Maria do Socorro, também se engajou na luta. Seu chamado para a militância veio através da luta de classes, em especial, da classe estudantil e trabalhadora. Em seu relato presente em seu processo de indenização ela registra que:

Ao tomar conhecimento das mobilizações envolvendo estudantes e trabalhadores, procurei estar presente sempre que era possível. Com isso, travei conhecimento com lideranças do movimento estudantil, e cada vez mais me envolvia, já que a indignação ia tomando conta de mim, ao tomar conhecimento da realidade social do nosso povo. Sou filha de classe média, e o contato com as mazelas da sociedade em que vivemos nunca havia me atingido diretamente. Nunca nos faltou nada em nossa casa. Por ser assim, residimos em um bairro afastado do centro, mas nossa casa era bem ampla, e recebíamos sempre muitos amigos, e muita gente ligada a movimentos “de esquerda” se encontravam lá. Além disso, eu procurava contato com as lideranças do movimento estudantil. CEMVDHC, 2012c).

Maria Inês é paraibana, da cidade de João Pessoa, nasceu em 15 de março de 1952, e vem de uma grande família, pertencendo a classe média, sendo a sexta de nove irmãos. Sua militância política aflorou muito cedo, antes mesmo da sua escolarização, isso porque a sua família, relata ela neste mesmo documento, sempre manteve um diálogo aberto acerca de política, além de incentivar a leitura de diferentes obras. Ainda quando estudava no colégio de freiras franciscanas denominado Ginásio Imaculada Conceição, não tinha

contato político na escola, isso, porém, não a impediu de tomar a iniciativa de engajar-se nas lutas estudantis. Assim como Lília, Maria Inês também participou das manifestações do dia 12 de junho de 1969, marcada pela visita de Rockefeller ao Brasil, sendo ambas presas e dividindo a mesma cela.

As perseguições sofridas por Maria Inês se refletiram em seu comportamento na universidade. Ela ingressou no curso de Pedagogia em 1971 e relata, em seu Processo Individual, que o ambiente universitário era opressor, uma vez que exigia um atestado de boa conduta (o qual não possuía em virtude da prisão). Relata ainda que conseguiu driblar tal exigência ao apresentar um atestado do cursinho pré-vestibular que fizera antes de adentrar na universidade. Ainda assim, isso fez com que assumisse uma postura mais tímida e reclusa no ambiente acadêmico. Maria Inês relata também que o constrangimento era o sentimento predominante ao frequentar a sala de aula, impactando diretamente sua autoestima.

A última trajetória a ser aqui evidenciada é a de Maria Luzinete de Lima, cuja trajetória revela a força de sua participação política e liderança estudantil em meio ao regime autoritário. Natural de Vitória de Santo Antão-PE, ingressou em 1966 no curso de Pedagogia da UFPE, onde assumiu distintas funções de liderança, pois foi desde representante de turma a presidente do Diretório Acadêmico, além de atuar na Ação Popular a partir da Universidade. Em 1968 também participou do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, sendo presa em flagrante tal qual Ranúsia. Solta no mesmo ano, permaneceu sob vigilância constante, vivenciando perseguições, ameaças e novas prisões. Assim consta em seu processo de pedido de indenização:

Em abril de 1969, os agentes policiais, travestidos de vendedores de livros, “visitaram” o apartamento da requerente, que ao desconfiar do engodo teve que se esvair do recinto por um período de quinze dias, lapso este referente à permanência dos mesmos em tocaia nas imediações do dito imóvel. CEMVDHC, 2012f).

O medo de Maria Luzinete se concretizou em junho deste mesmo ano, quando a mesma se encontrava assistindo aula na UFPE, até o momento em que foi chamada a sala de direção, e foi neste local em que foi detida por policiais, após ser acusada de atividades subversivas. Sobre isso, consta em seu processo:

Encaminhada ao DOPS a requerente acompanhada pelo Professor Antônio Carolino Gonçalves, há época Vice-Diretor da supramencionada Faculdade, que, num aceno de grandeza, acompanhou sua aluna, - foi levada à presença do delegado, Dr. Moacir Sales, que ao ver o educador, afirmou: é muito bonito o seu gesto, acompanhar sua aluna, mas o senhor volta para a faculdade e ela presa. CEMVDHC, 2012f).

Maria Luzinete foi submetida a extensos interrogatórios e ameaças de tortura, foi encarcerada em uma cela pequena e pútrida, sem quaisquer iluminação ou contato com outras pessoas. Em seu processo relata sobre os horrores que vivenciou durante seu período presa:

Fizeram-me muita tortura psicológica, tipo: ‘Você sabe para que serve este alicate? Para arrancar as unhas de quem não quer falar. Você sabe que manchas são estas na parede? Sangue de cabeça, estourada, de quem não quer falar’. Desmaiei, não sei por quanto tempo fiquei desacordada. Ao retornar, eu estava sem capuz, em todos os interrogatórios eu estava encapuzada, um médico e uma enfermeira estavam aferindo minha pressão. Em seguida, foi retomado o interrogatório e também as torturas psicológicas, quando o policial me disse: ‘Você desmaiou, eu poderia ter me aproveitado de você, lhe tocado, pegado nos seus seios.’ ‘Você nunca iria saber, estava desmaiada’. Depois de 03 dias, aproximadamente às 19 horas, encapuzada, colocaram-me em um carro, novamente deram várias voltas e deixaram-me na rua do Príncipe, próxima a minha residência. Me senti profundamente insegura, meio perdida, amedrontada, angustiada, sem saber como estava o meu filho, com apenas 07 sete meses de nascido, do qual eu havia sido arbitrariamente separada e presa sem motivo e sem mandado judicial”. CEMVDHC, 2012f).

Apesar de toda a repressão, Maria Luzinete resistiu: organizou assembleias, participou de panfletagens e manifestações, deixando evidente, assim como Maria Inês Monteiro, que estudantes de Pedagogia também estiveram na linha de frente da luta contra o regime civil-militar, compondo, com isso, um capítulo fundamental da memória do Centro de Educação da UFPE.

De modo que, mesmo considerando o que pontuam Alves e Pitanguy (2022, p. 95), ao afirmarem que, no “clima repressivo, a prioridade da resistência era a luta contra a ditadura, e esta não incluía demandas específicas como direitos das mulheres e racismo”, é possível perceber, a partir do perfil das mulheres aqui relatadas — estudantes universitárias —, o quanto potente foi a atuação de mulheres na resistência política. De modo que o conhecimento de sua ocupação do espaço público, especialmente a partir da universidade, evidencia a necessidade de “romper o silêncio”, pois, embora tenham desempenhado diferentes papéis de resistência, suas histórias permanecem apagadas pelo silenciamento imposto, criando a falsa impressão de passividade feminina. Por isso é preciso incorporar à historiografia, como sugere Del Priore (2020, p. 233), o fato de que “a mulher dona do seu próprio nariz sempre existiu”. Da mesma forma é preciso reconhecer que nomeá-las como “vítimas silenciosas” (Perrot, 2007) é mais uma forma de invalidar o protagonismo feminino ao longo do tempo. Assim, urge (re)conhecê-las e evidenciá-las, desfazendo a narrativa de vítimas em favor da narrativa de mulheres ativas e tendo a história da sua educação, institucionalizada e/ou política, como meio de visibilizá-las.

Considerações finais

Dar continuidade ao desvelamento da história das mulheres, sobretudo no espaço público da universidade, é um trabalho desafiador que não deve ser interrompido, pois ainda há um longo caminho a ser percorrido, já que “[...] não atingiremos a igualdade sem enfrentar o que restou da cultura patriarcal, ou seja, sem colocar em discussão o masculino como critério de superioridade e medida do mundo.” (Del Priore, 2020, p. 238). Questionar o que

está posto como verdade ou única narrativa é, antes de tudo, enfrentar a cultura patriarcal. E foi exatamente isso que se buscou fazer neste trabalho, partindo de experiências militantes políticas de mulheres no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco, marcadas pela resistência e enfrentamento ao regime civil-militar brasileiro.

As mulheres cujas trajetórias foram pesquisadas demonstram, tal qual fez Perrot (2007), que apenas o papel de vítimas não basta para contar suas histórias e evidenciar o protagonismo feminino frente ao contexto vivido na época. Elas perfazem uma parcela de tantas outras que ainda precisam ser pesquisadas e que exibem um perfil plural, uma vez que há mulheres advindas do movimento estudantil que produziram ciência, engajaram-se na vida política, participaram de partidos e ocuparam cargos de liderança dentro e fora da universidade. Assim sendo, a pergunta que deve nos inquietar é: o que mais essas e tantas outras mulheres terão que fazer para serem consideradas sujeitas históricos?

É importante ressaltar também que evidenciar as histórias destas nove mulheres representa um pequeno capítulo diante do vasto conteúdo de suas trajetórias. Muito ainda não foi revelado, e trazer à luz as histórias dessas estudantes e militantes, mesmo que modestamente, evidencia que houve outras formas de ser mulher durante o contexto ditatorial.

Além disso, que este trabalho sirva como combustível para a proposta de Mariska Ribeiro, “e que desperte, em todas nós, mulheres, a consciência do caminho percorrido, do que falta percorrer e, sobretudo, do privilégio que tivemos nascendo e vivendo neste século, em que tudo mudou por causa da mulher.” (apud Alves e Pitanguy, 2022, p. 297). Que se faça essa colheita conscientemente, pois as raízes que sustentam esta grande árvore — cujos frutos ainda estão sendo colhidos — são bem mais extensas do que se pode ver. De modo que convidamos pesquisadores e pesquisadores e demais pessoas interessadas na temática a desvelar os muitos véus que ainda teimam em encobrir a atuação de mulheres no espaço público.

Fecha de recepción: 12/08/2025

Fecha de aceptación: 15/01/2026

Referências bibliográficas

- Adichie, C. (2009). *Chimamanda Adichie: O perigo de uma história única* [Vídeo]. YouTube. [youtube.com/watch?reload=9&v=EC-bh1YARsc](https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=EC-bh1YARsc)
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (2022). *Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer*. Bazar do Tempo.

- Araújo, M. P., Silva, I. P., & Santos, D. R. (2013). *Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Ponteio.
- Barreto, R. A. D. N., & Faria, L. M. F. (2025). Política e educação: formação e ação política de mulheres durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25(1), e369. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e369>
- Braga, S. (s.f.). Estado novo. In CPDOC/FGV. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fato-sImagens/EstadoNovo>
- Del Priore, M. (2020). *Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história das mulheres no Brasil – 1500–2000*. Planeta.
- Ferreira, M. M. V. (2014). *Nos interstícios do golpe: Resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964–1972)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Zahar.
- Perrot, M. (2006). *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra.
- Perrot, M. (2007). *Minha história de mulheres*. Contexto.
- Pinsky, C. B., (Org.) (2009). *Fontes históricas*. Contexto.
- Rossi, P. M., & Braghini, K. (2025). O movimento estudantil e os acordos MEC/USAID nas páginas de O Estado de S. Paulo (1962-1970). *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e371. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e371>
- Santos, A. M., & Barreto, R. A. D. N. (2021). As mulheres e os movimentos de educação e cultura popular, um capítulo ainda em construção. En E. P. T. Pereira, L. M. Faria Filho, M. D. Daros, & R. A. D. N. Barreto (Orgs.), *A educação nos projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX*. Fino Traço Editora.
- Santos, A. M., & Barreto, R. A. D. N. (2024). Duas mulheres, dois livros: narrativas femininas acerca da campanha “De Pé no Chão se Aprende a Ler”. *Cadernos de Pesquisa, São Luís*, 31(1), 1-20. <https://doi.org/10.18764/2178-2229v31n1.2024.3>
- Silva, M. E. G. B., & Barreto, R. A. D. N. (2022). Memória de resistência: O caso de Helena Mota Quintela no regime civil-militar. En *Anais do IV Seminário do Grupo de Pesquisa Educação de Mulheres nos Séculos XIX e XX*. EdUECE.
- Silva, T. E. C. (2017). *Memórias femininas no Bom Pastor-PE: Gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba.
- Thompson, P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar.
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: História oral*. Paz e Terra.

Fontes

Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012a): processo de indenização de Dulce Chaves Pandolfi, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012b): processo de indenização de Lília Maria Gondim Leitão, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012c): processo de indenização de Maria do Socorro de Magalhães, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012c): processo de indenização de Maria Inês Moreira de Melo, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012e): processo de indenização de Maria Lia Faria de Souza Cavalcante, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012f): processo de indenização de Maria Luzinete de Lima, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012g): processo de indenização de Maria Salete Damasceno Weyne, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012h): processo de indenização de Míriam Lopes Verbena, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] (2012i): processo de indenização de Ranúsia Alves Rodrigues, 1 de junho. Apeje.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] ((2017): Relatório final (Vol. 1). Secretaria da Casa Civil de Pernambuco, CEPE.
- Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara [CEMVDHC] ((2017): Relatório final (Vol. 2). Secretaria da Casa Civil de Pernambuco, CEPE.
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
- Decreto-Lei 477, de 26 de fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto nº 22.597. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Edição diária, 9 maio de 1964.
- Diário de Pernambuco, Edição diária, 10 de maio de 1964.
- Diário de Pernambuco. Edição diária, 12 de maio de 1964.
- Jornal do Commercio de Recife de 9 de março de 1972.
- Lei nº 11.773, de 23 de maio de 2000. Diário Oficial da União, seção 1, 137(96),1.

Biografias

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Doutora em Educação (UFRN). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Profissional em Educação Básica (MPEB) da Universidade Federal de

Pernambuco. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades –GEPIFHRI/CE-UFPE. Coordenadora do projeto de pesquisa “Mulheres e educação: Entre o prescrito, o escrito e o vivido” CHAMADA CNPq/MCTI/FNDCT Nº 44/2024 – UNIVERSAL do qual este artigo faz parte.

Maria Eduarda Gomes Belo Da Silva

Graduada em Pedagogia e mestranda em Educação pela UFPE-Brasil. Bolsista Facepe. Membro do Grupo de estudos e pesquisa Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPIFHRI).